

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL MÉDICO**, para atender a necessidade da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 1 (um) ano;

1.2. Requisitantes: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, Programa Melhor em Casa, Programa de Saúde Bucal, Gerência de Saúde Mental e Programa IST/AIDS/HV;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 1 (um) ano a contar da data da assinatura da Ata de Registro;

1.6. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	MARCA	QTDE
COTA EXCLUSIVA					
1	348807	Abaixador de Língua – tipo espátula, em madeira, bordas arredondadas, sem rebarbas e com superfície lisa. Descartável; não estéril. Medidas aproximadas: 14cm x 1,5cm x 2mm Pacote c/ 100 Unid.	PCT		2.220
2	279726	Algodão hidrófilo, 100% puro, branco; formato bola, pacote, com o mínimo, 100g	PCT		480
3	283964	Aparelho de Barbear -Descartável, lâmina dupla em aço inox, cabo plástico	UNID		12.018
4	444609	Atadura Gessada 10 Cm x 3 m – Caixa c/ 20 Unid	CX		600
5	444613	Atadura Gessada 15 Cm x 3 m – Caixa c/ 20 Unid	CX		660
6	444614	Atadura Gessada 20 Cm x 4 m – Caixa c/ 20 Unid	CX		624

7	267034	Barra De Erich - Pacote c/ 1 Metro	PCT		24
8	260697	Bateria de lítio de 1.5 V - LR 41; para uso em termômetro clínico digital	UNID		390
9	374230	Capa para intensificador de imagens. Fabricada em polietileno transparente, descartável, estéril, medindo 110 x160cm, em forma de envelope, com acessórios para fixação e abertura asséptica.	UNID		780
10	300346	Capa protetora para vídeo cirurgia -, Material externo plástico translúcido, tipo impermeável, medindo 12,5 x 250cm; descartável, estéril; em forma tubular.	UNID		10.800
11	477402	Capa protetora para microscópio cirúrgico - fabricada em filme plástico de polietileno, com visor para lente do microscópio, elásticos e fitas adesivas para fixação, estéril e descartável, dimensões aproximadas: 12,5 x 250cm.	UNID		780
12	474765	Colar Cervical Pediátrico – confeccionado em polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm. Revestido com espuma macia tipo EVA. Fechamento com velcro, seguindo padrão de cores universal para identificação de tamanho. Abertura frontal para palpação de pulso carotídeo e acesso à traqueia; abertura na parte posterior permitindo palpação e ventilação da nuca. Demais medidas, <u>aproximadas</u> : Circunferência 34 a 46cm altura anterior 7,5cm e altura posterior 12,5cm	UNID		12
13	457359	Colar Cervical Tamanho P Confeccionado em polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, revestido com espuma macia tipo EVA Fechamento com velcro, seguindo padrão de cores universal para identificação de tamanho. Abertura frontal para palpação de pulso carotídeo e acesso à traqueia; abertura na parte posterior permitindo palpação e ventilação da nuca. Demais medidas, <u>aproximadas</u> : Circunferência 40 a 56cm; altura anterior 10,5cm e altura posterior 13cm	UNID		12
14	457358	Colar Cervical Tamanho M Confeccionado em polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, revestido com espuma macia tipo EVA Fechamento com velcro, seguindo padrão de cores universal para	UNID		24

		identificação de tamanho. Abertura frontal para palpação de pulso carotídeo e acesso à traqueia; abertura na parte posterior permitindo palpação e ventilação da nuca. Demais medidas, <u>aproximadas</u> : Circunferência 40 a 56cm; Altura anterior 12cm e altura posterior 13,5 cm			
15	457357	Colar Cervical Tamanho G Confeccionado em polietileno de alta densidade, espessura mínima de 2mm, revestido com espuma macia tipo EVA Fechamento com velcro, seguindo padrão de cores universal para identificação de tamanho. Abertura frontal para palpação de pulso carotídeo e acesso à traqueia; abertura na parte posterior permitindo palpação e ventilação da nuca. Demais medidas, <u>aproximadas</u> : Circunferência 40 a 56cm; altura anterior 13,5cm. e altura posterior 14 cm	UNID		12
16	441690	Coletor de urina infantil, unissex, confeccionado em plástico; graduado; capacidade 100 ml, com adesivo hipoalergênico para fixação; estéril, descartável, pacote com 10 unidades	PCT		740
17	460850	Coletor de urina, confeccionado em plástico; graduado; sistema aberto, capacidade: cerca de 1200 ml. Não estéril, descartável	UNID		9.000
18	419377	Coletor de Urina Sistema Fechado - Antirrefluxo – 2000ml - Clamp no tubo extensor para vedação e no tubo de saída para desmame. Alça de sustentação para fixação no leito. Bolsa coletora em PVC flexível, dupla face, transparente, graduada e com identificação para o paciente; tubo de saída centralizado e verticalizado, com proteção e acomodação do tubo, conector adaptado para sondas Foley. Estéril	UNID		10.500
19	239180	Curativo Filme Transparente Estéril IV; 9cm X 10cm	UNID		16.134
20	406675	Curativo não aderente com Petrolato; 7 a 8cm x 20cm (no mínimo) – estéril – uso único	UNID		1.812
21	272857	Compressa neurocirurgia – Confeccionada em algodão prensado, com cordão identificador. Medida: 13mm x 13mm; descartável. Estéril. Caixa/ cartela/envelope com 10un	UNID		600

22	398569	Dispositivo incontinência urinária, componentes: tubo plástico transparente; adaptador e coletor; descartável, atóxico. Tamanho médio	UNID		2.436
23	461258	Eletrodo Precordial adulto, completo com pera em silicone - preto	UNID		78
24	461259	Eletrodo Precordial infantil, completo com pera em silicone - preto	UNID		15
25	461243	Eletrodo descartável monitor cardíaco. Com gel para fixação; hipoalérgico; adulto; uso único	UNID		150.02 5
26	440890	Eletrodo descartável monitor cardíaco. Com gel para fixação; hipoalérgico; neonatal; uso único	UNID		135
27	406274	Escova Endocervical + Espátula de Ayres Estéril (conjunto)	KIT		23.102
28	350646	Fita adesiva hospitalar; crepada, branca; mono face; multiuso. Em rolo, com capa. Medida: 19 mm x 50m,	ROLO		12.939
29	437882	Fita hospitalar, microporosa, transparente; hipoalergênica. Em rolo, com capa. Medida: 5cm x 4,5m	ROLO		15.360
30	438997	Espéculo vaginal - Tamanho grande; descartável. Produzido em poliestireno. Dispositivo de abertura: parafuso borboleta. Medidas aproximadas: eixo longitudinal da valva 110mm – proximal de 29mm e distal 32mm	UNID		3.090
31	438998	Espéculo vaginal – Tamanho Médio; descartável. Produzido em poliestireno. Dispositivo de abertura: parafuso borboleta. Medidas aproximadas: eixo longitudinal da valva 95mm – proximal de 25mm e distal 28mm	UNID		17.650
32	438999	Espéculo vaginal - Tamanho Pequeno; descartável. Produzido em poliestireno. Dispositivo de abertura: parafuso borboleta. Medidas aproximadas: eixo da valva 80mm – largura perpendicular proximal e distal de 22mm	UNID		6.370
33	458439	Extensor em PVC Cristal. Flexível, siliconado, para oxigênio. Conector graduado. Medida: cerca de 2 metros. Atóxico. Estéril. Descartável	UNID		24.427

34	458440	Extensor em PVC Cristal. Flexível, siliconado, para oxigênio. Conector graduado. Medida: cerca de 4 metros. Atóxico. Estéril. Descartável.	UNID		3.612
35	477510	Faixa de Smarch 10cmx2mx0,6mm.	UNID		120
36	477513	Faixa de Smarch 15cmx2mx0,45mm.	UNID		180
37	477512	Faixa de Smarch 20cmx2mx0,5mm.	UNID		120
38	128805	Fixador Citológico 100ml, com válvula atomizadora (sistema Spray)	UNID		1.961
39	443871	Formol Líquido 37%	LITRO		621
40	444199	Gaze tipo queijo, 100% algodão, isenta de impurezas, 9 fios/cm², 8 dobras, tamanho 91cm x 91m, acondicionada em embalagem plástica individual	UNID		2.245
41	438929	Gel condutor para ultrassonografia de alta condutividade – frasco com 100g.	FRASCO		2.950
42	438973	Gel condutor para eletrocardiograma de alta condutividade – frasco com 100g.	FRASCO		3.136
43	269974	Glicerina bidestilada 75%	LITRO		9
44	434795	Hastes Flexíveis de Algodão – Embalagem com 100 unidades	UNID		1.880
45	438929	Histerômetro - dilatador descartável, fabricado em polímero, com escala métrica em cm. Estéril. Descartável. Embalagem individual	UNID		400
46	457199	Injetor p/ esclerose de varizes 23 gauges - 203cm	UNID		24
47	428629	Granulado Absorvente de Co² / Cal Sodada	GALÃO		120
48	475628	Kit de ligadura elástica de varizes esofágicas, multiband, com no mínimo 6 ligas, estéril, embalagem individual contendo dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, tipo de esterilização e que permita abertura com técnica asséptica.	KIT		24
49	442461	Kit de gastrostomia 24FR	KIT		144
50	442461	Kit de gastrostomia 20FR	KIT		48

51	469638	Kit tala aramada para imobilização - composto por 04 peças, confeccionadas em tela aramada, maleável, cobertas com EVA (4mm); Colorido nas cores padrão para facilitar a identificação do tamanho.	KIT		120
52	301510	Lâmina de Bisturi Nº 11 – Caixa c/ 100 Unidades	CX		132
53	439897	Lâmina De Bisturi Nº 15 – Caixa c/ 100 Unidades	CX		978
54	359577	Lâmina De Bisturi Nº 21 – Caixa c/ 100 Unidades	CX		1.020
55	440103	Lâmina De Bisturi Nº 22 –Caixa c/ 100 Unidades	CX		201
56	412834	Lençol de papel 70 cm x 50m confeccionado em 100% de fibras naturais não transgênicas.	ROLO		1.772
57	375935	Malha Tubular 10cmx10m	ROLO		515
58	450334	Malha Tubular 12cmx15m	ROLO		515
59	460139	Malha tubular 15cmx25m.	ROLO		480
60	460138	Papel para ultrassom UPP-110S tam.110mm X 20m tipo I normal (compatível com aparelho Vídeo Graphic Printer-Sony Modelo UP-897MD) BOBINA	BOBINA		360
61	354096	Papel termossensível para cardiocardiografia: bloco sanfonado 150 folhas, dimensões da folha: 156X100mm (compatível com aparelho Kolplast)	BLOCO		200
62	298538	Papel termossensível reticulado, tamanho 216x30mm, bobina A4 milimetrada (compatível com aparelho de ECG da Bionet)	BOBINA		2.546
63	10405	Papel termossensível para ECG 48mm X 20m.	BOBINA		351
64	10405	Papel termossensível para ECG 58mm X 30m.	BOBINA		1.031
65	430827	Papel termossensível para ECG 80mm X 30m	BOBINA		877
66	466811	Pera uso médico, para insuflação esfigmomanômetro – confeccionada em látex natural, tamanho único; com válvula de metal. Reutilizável	UNID		91
67	436312	Pote coletor, sem pá, graduado, transparente, tampa rosqueável. Estéril. Uso em lactário. Capacidade 80 ml. Pacote c/100 unidades, embalados individualmente.	PCT		250

68	466811	Porta lâminas capacidade 3 lâminas - fabricado em polipropileno (PP); Utilizado em transporte e armazenamento de processos histológicos e citológicos; cuba vertical com ranhuras; Tampa com trava de rosca.	UNID		6.203
69	332814	Preservativo masculino para exames de ultrassonografia. Fabricado em látex, comprimento mínimo: 16 cm, com aproximadamente 4,40 cm (largura) e espessura mínima: 0,045 mm, sem lubrificante.	UNID		2.832
70	436312	Saco para cadáver grande – 90cm x 220cm, fabricado em polietileno de baixa densidade (PEBD) com sistema de fechamento tipo zíper.	UNID		3.600
71	412639	Saco para cadáver pequeno – 50cm x 100cm, fabricado em polietileno de baixa densidade (PEBD) com sistema de fechamento tipo zíper.	UNID		48
72	271597	Serra de Gigli, tamanho: 40cm	UNID		300
73	332184	Suporte para caixa coletora de material perfurocortante capacidade 13 litros; confeccionado em aço, com acabamento em pintura epóxi branca	UNID		444
74	469638	Tala metálica, para imobilização de membros. Confeccionada em alumínio e espuma antialérgica. Medida: 12mm x 18cm. Não estéril. Descartável. Pacote 12 unidades	PCT		125
75	435030	Tela Cirúrgica – Tela protésica 100% polipropileno, medida aproximada 15 x 15cm	UNID		360
76	476575	Tela Cirúrgica – Tela protésica 100% polipropileno, medida aproximada 25 x 35cm	UNID		348
77	435028	Tela Cirúrgica – Tela protésica 100% polipropileno, medida aproximada 30 x 30cm	UNID		300
78	452247	Termômetro Digital de Testa Infravermelho, sem contato com a pele Função: Medição da Temperatura Corpórea, Ambientes e Superfícies Alarme de Febre	UNID		21
79	452246	Termômetro Clínico Digital, memória da última medição, 100% resistente a água e bateria de longa duração (substituível)	UNID		943
80	476575	Torneira de 3 vias (tree way)	UNID		8.362
81	474168	Tubo de Látex Nº 200 - extensão em silicone - 15 metros	PCT		54

82	324725	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Frasco Pvc Rígido transparente. Tampa Rosca C/3vias Aplicação: Conector Dreno-Tubo Volume: 500 ML Graduação: Bureta 100ml Graduada De 10 Em 10 Características Adicionais: Tubo Extensor Pvc C/ Pinça Clamp Adicionais: Suporte Fixação No Leito Uso: Estéril. Descartável	UNID		360
83	369313	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Frasco Pvc Rígido transparente. Tampa Rosca C/3vias Aplicação: Conector Dreno-Tubo Volume: 1.000 ML Graduação: Bureta 100ml Graduada De 50 Em 50ml Características Adicionais: Tubo Extensor Silicone, Pinça Clamp 1,20m. Estéril. Descartável	UNID		346
84	423239	Conjunto Drenagem Tórax Componentes: Sistema Fechado Dupla Câmara Aplicação: Pleural E Mediastinal Volume: 2000 ML Graduação De 50 Em 50ml. Características Adicionais: Vácuo, Controle Sucção à Seco Adicionais: 2 Tubos Em Pvc, Mola Antidobra Acessórios: Desconexão Rápida, Gancho P/ Fixação. Estéril. Descartável	UNID		252
85	438390	Frasco Coletor P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Aproximadamente 500 ml. Tampa rosqueável Componentes: 2 Vias. C/ Conector, Corta-Fluxo e Alça. Graduado. Descartável. Embalagem Individual	UNID		792
86	463018	Placa de Bisturi Elétrico – Eletrodo Dispersivo universal Adulto/Pediátrico – Espuma – Com Cabo 15 x120mm	UNID		1.440
87	467874	Pinça de Cherron Estéril Descartável	UNID		1.600
88	463020	Eletrodo Alça Bolinha (Coagulação 4mm)	UNID		4
89	463019	Eletrodo Alça para Cautério de Alta Frequencia – Retangular – 1,0 x 1,5	UNID		6
90	463019	Eletrodo Alça para Cautério de Alta Frequencia – Meia Lua – 1cm x 1cm	UNID		8
91	463019	Eletrodo Alça para Cautério de Alta Frequencia – Quadrada – 1,0 x 1,0	UNID		6
92	475807	Espéculo Vaginal com Aspirador para CAF	UNID		300

COTA PRINCIPAL					
93	279726	Algodão Hidrófilo, 100% puro, formato de rolo 500g;	ROLO		6.151
95	448249	Algodão Ortopédico 15cm x 1,8m – Confeccionado em fibras 100% algodão cru, transformadas em rolos de mantas uniformes. Sem Impurezas e Farpas. Pacote com 12 unidades.	PCT		6.714
97	444355	Atadura de Crepom - 10cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada; 13 fios/cm ² ; 100% algodão; alta resistência. Pacote com 12 unidades.	PCT		17.674
99	444371	Atadura de Crepom - 20cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada - 13 fios/cm ² ; 100% algodão; alta resistência. Pacote com 12 unidades.	PCT		14.182
101	444375	Atadura de Crepom - 30cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada - 13 fios/cm ² ; 100% algodão; alta resistência Pacote com 12 unidades.	PCT		11.553
103	411520	Bandagem flexível de gaze branca, confeccionada em poliéster e algodão, impregnada com pasta de óxido de zinco, acácia, glicerina, óleo de rícino e vaselina, tamanho aproximado 10,2cm x 9,14cm	UNID		12.777
105	428386	Caixa Coletora de Material Perfurocortante, capacidade 13 litros	UNID		19.167
107	462445	Camisola descartável, sem manga - Confeccionada em tecido 100% polipropileno, tecnologia ssms, 30g/ m ² , com tiras de ajustes internas e externas, tamanho único – Cor verde. Pacote c/ 10 unidades.	PCT		2.552
109	436825	Curativo de Alginato de Calcio 10cmx10cm. Pacote c/10 unid	PCT		4.077
111	406843	Curativo de Hidrocoloide estéril regular; 10cm x10cm. Pacote c/ 5 unid	PCT		4.401
113	462497	Compressa CIRÚRGICA, cerca de 45x50cm, confeccionada em tecido de algodão, com 04 camadas; costura reforçada nos cantos; cadaço c/ 30 cm de comprimento com elemento radiopaco. Uso único. Não estéril (embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 50 unidades	PCT		3.207

115	462497	Compressa CIRÚRGICA, cerca de 30x30cm, confeccionada em tecido de algodão, com 4 camadas, costura reforçada nos cantos; cadaço c/ 30 cm de comprimento com elemento radiopaco. Uso único. Estéril. (Embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 05 unidades.	PCT		31.245
117	450524	Compressa para banho no leito, medindo 35cm x45cm, confeccionada em tecido quádruplo sobreposto; 100% algodão, alta absorção; tecido com amarração e costura. Uso único. Não estéril. (Embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 50 unidades.	PCT		1.236
119	446603	Esparadrapo impermeável composto por tecido 100% algodão, tratado com resinas acrílicas, adesivo à base de óxido de zinco, borracha natural e resinas. Em rolo, com capa. Medida: 10cm x 4,5m	UNID		13.514
121	431231	Esponja Gelatinosa Absorvível Hemostática 70x50x10mm	UNID		2.738
123	369313	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm NÃO ESTÉRIL13 fios. Pacote c/ 500 unidades	PCT		50.002
125	438390	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm ESTÉRIL13 fios. Pacote c/ 10 unidades	PCT		218.609
127	438973	Frasco Coletor P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Aproximadamente 3500ml. Tampa rosqueável. Componentes: 2 Vias. C/ Conector; Corta-Fluxo e Alça. Graduado. Descartável. Embalagem Individual	UNID		1.800
COTA RESERVADA					
94	279726	Algodão Hidrófilo, 100% puro, formato de rolo 500g;	ROLO		2.050
96	448249	Algodão Ortopédico 15cm x 1,8m – Confeccionado em fibras 100% algodão cru, transformadas em rolos de mantas uniformes. Sem Impurezas e Farpas. Pacote com 12 unidades.	PCT		2.238
98	444355	Atadura de Crepom - 10cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada; 13 fios/cm ² ; 100% algodão; alta resistência. Pacote com 12 unidades.	PCT		5.891
100	444371	Atadura de Crepom - 20cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada - 13 fios/cm ² ; 100% algodão; alta resistência. Pacote com 12 unidades.	PCT		4.727

102	444375	Atadura de Crepom - 30cm x 1,80m em repouso; 4,5m esticada - 13 fios/cm²; 100% algodão; alta resistência Pacote com 12 unidades.	PCT		2.604
104	411520	Bandagem flexível de gaze branca, confeccionada em poliéster e algodão, impregnada com pasta de óxido de zinco, acácia, glicerina, óleo de rícino e vaselina, tamanho aproximado 10,2cm x 9,14cm	UNID		3.883
106	428386	Caixa Coletora de Material Perfurocortante, capacidade 13 litros	UNID		6.388
108	462445	Camisola descartável, sem manga - Confeccionada em tecido 100% polipropileno, tecnologia ssms, 30g/ m², com tiras de ajustes internas e externas, tamanho único – Cor verde. Pacote c/ 10 unidades.	PCT		850
110	436825	Curativo de Alginato de Calcio 10cmx10cm. Pacote c/10 unid	PCT		1.359
112	406843	Curativo de Hidrocoloide estéril regular; 10cm x10cm. Pacote c/ 5 unid	PCT		1.467
114	462497	Compressa CIRÚRGICA, cerca de 45x50cm, confeccionada em tecido de algodão, com 04 camadas; costura reforçada nos cantos; cadaço c/ 30 cm de comprimento com elemento radiopaco. Uso único. Não estéril (embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 50 unidades	PCT		1.069
116	462497	Compressa CIRÚRGICA, cerca de 30x30cm, confeccionada em tecido de algodão, com 4 camadas, costura reforçada nos cantos; cadaço c/ 30 cm de comprimento com elemento radiopaco. Uso único. Estéril. (Embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 05 unidades.	PCT		10.415
118	450524	Compressa para banho no leito, medindo 35cm x45cm, confeccionada em tecido quádruplo sobreposto; 100% algodão, alta absorção; tecido com amarração e costura. Uso único. Não estéril. (Embalado em material que garanta a integridade do produto). Pacote com 50 unidades.	PCT		412

120	446603	Esparadrapo impermeável composto por tecido 100% algodão, tratado com resinas acrílicas, adesivo à base de óxido de zinco, borracha natural e resinas. Em rolo, com capa. Medida: 10cm x 4,5m	UNID		4.504
122	431231	Esponja Gelatinosa Absorvível Hemostática 70x50x10mm	UNID		912
124	369313	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm NÃO ESTÉRIL 13 fios. Pacote c/ 500 unidades	PCT		3.741
126	438390	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm ESTÉRIL 13 fios. Pacote c/ 10 unidades	PCT		72.869
128	438973	Frasco Coletor P/ Vias Aéreas Material: Plástico Transparente Capacidade: Aproximadamente 3500ml. Tampa rosqueável. Componentes: 2 Vias. C/ Conector; Corta-Fluxo e Alça. Graduado. Descartável. Embalagem Individual	UNID		600

1.7. O objeto desta contratação se enquadra como sendo bem comum, e não bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 29 de setembro de 2022;

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

1.9. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante, utilizado frequentemente dentro da unidade de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa para Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

2.2. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde;

2.3. Para o Hospital Municipal Raul Sertã, é sabido que o mesmo é referência para o atendimento de vários municípios que estão no entorno no Nova Friburgo, contando com 280 leitos, e que são pelo menos, 16 cidades que enviam pacientes em busca dos mais diferentes tipos de atendimentos, além de ser um hospital com emergência aberta 24 horas. A presente solicitação se faz necessária para atender a demanda dos produtos no período de 1 anos;

2.4. Para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, a presente solicitação se faz necessária para atender a demanda dos produtos no período de 1 ano;

2.5. Para Subsecretaria de Atenção Básica, a presente solicitação visa atender a demanda pelo período de 1 ano, contemplando 05 unidades de saúde, sendo estas, UBS Cordoeira, UBS São Geraldo, Posto de Saúde Tunney Kassuga, Policlínica Sylvio Henrique Braune, Posto de Saúde Waldir Costa;

2.6. Para Estratégia da Saúde da Família, a presente solicitação visa atender a demanda pelo período de 1 ano, contemplando 20 unidades, sendo estas, Lumiar/Boa Esperança, São Pedro da Serra, Vargem Alta, Stucky, Mury, Amparo, Campo do Coelho, Centenário, São Lorenço/Salinas, Riograndina, Nova Suíça, Olaria I, Olaria II, Olaria III, Varginha, Cordoeira, Terra Nova, Conquista, São Geraldo e Rio Bonito;

2.7. Para o Programa Melhor em Casa, visa atender a necessidade nos atendimentos pelo período de 1 ano. O Programa atende até 50 pacientes domiciliados, com sequelas neurológicas e alto grau de complexidade, com feridas contaminadas e infectadas grau IV;

2.8. Para o Programa de Saúde Bucal, a presente solicitação visa atender os atendimentos em todos os consultórios odontológicos de toda a rede municipal, que são os consultórios das unidades básicas de saúde, os da estratégias de saúde da família, o consultório da PMNF e também algumas ações da coordenação de Saúde Bucal;

2.9. Para a Gerência de Saúde Mental, a presente solicitação visa atender as unidades CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Residências terapêuticas, com as necessidades básicas do funcionamento dos dispositivos, gerar melhores condições de trabalho, atender as necessidades relacionadas às atividades/atendimentos individuais, visitas domiciliares e outros serviços oferecidos aos usuários e moradores em seu acompanhamento psicossocial;

2.10. Para o Programa IST/AIDS/HV, visa atender a necessidade nos atendimentos pelo período de 1 ano;

2.11. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnica das unidades de saúde, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Aquisição, sob demanda, de Material Médico, para atender a necessidade da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 1 (um) ano;

3.2. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado;

3.3. Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço unitário, a Administração entende por adequada a escolha visando possibilitar a competitividade aos participantes, dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição;

3.4. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

3.5. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a

apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes;

4.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.3. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

4.4. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

4.5. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante;

4.6. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

4.7. Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

4.8. Quanto a indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), não cabe para o objeto do presente;

4.9. Quanto a exigência de amostra, não cabe para o objeto do presente;

4.10. Quanto da vedação de contratação de marca/produto, não cabe para o objeto do presente;

4.11. Quanto da exigência de carta de solidariedade, não cabe para o objeto do presente;

4.12. Quanto da exigência de garantia de contratação, não cabe para o objeto do presente;

4.13. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do objeto é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que

qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto nos locais e horário arrolados abaixo:

5.3.1. Almoxarifado Central – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo/RJ. CEP: 28623-000. Respeitando os dias de entrega, de segunda-feira a quinta-feira, nos horários de 09:00h às 16:00h;

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

5.9. Não cabe para o objeto do presente, prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente,

anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor, gestor substituto, fiscal, e fiscal substituto;

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

7.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224 SALA 221 – CENTRO – NOVA FRIBURGO/RJ – CEP 28613-001;**

7.2. Liquidação da Despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3. Pagamento da Despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

7.3.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.3.1.2. Fazenda Federal – Abrange as contribuições sociais;

7.3.1.3. FGTS;

7.3.1.4. PGE – Referente à Dívida Ativa Estadual;

7.3.1.5. Municipal – Referente ao ISS e Dívida Ativa;

7.3.1.6. Estadual CND – Referente ao ICMS;

7.4. A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco

iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.12.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.12.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual

que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} & \frac{\text{Ativo Circulante} +}{\text{Realizável a Longo Prazo}} \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante} +}{\text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$
$$\begin{array}{lcl} \text{SG} & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} +} \\ = & \frac{\text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$
$$\begin{array}{lcl} \text{LC} & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois)

anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.3 - Cópia da Autorização de Funcionamento (AFE), ou publicada do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

8.15.4 - Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, quando aplicável.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.1.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

9.1.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.9. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

9.1.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.12. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:

9.2.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7. Prestar à Contratada, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8. Demais condições constantes do edital de licitação.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

10.2. Comete infração administrativa:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência;

10.4.2. Multa;

10.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

10.5. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.6. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.7. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.11. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

12.2.1. Unidades: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, Programa Melhor em Casa, Programa de Saúde Bucal, Gerência de Saúde Mental e Programa IST/AIDS/HV;

12.2.2. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0085.2.202, 30001.10.302.0085.2.203, 30001.10.301.0083.2.193, 30001.10.301.0083.2.194, 30001.10.301.0083.2.199, 30001.10.301.0083.2.195, 30001.10.302.0083.2.198 e 30001.10.305.0086.2.213;

12.2.3. Fonte de Recursos: 1600;

12.2.4. Natureza de Despesa: 33.90.30.08;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2. Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica das unidades requisitantes desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 17 de setembro de 2024.

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

APOIO TÉCNICO:			
<hr/> Leslie da C. Moura Subsecretário de Atenção Hospitalar Mat.: 207.520	<hr/> Alexandra R. Barbosa Subsecretária de Atenção Básica Mat.: 299.038	<hr/> Flávia Pinheiro Teixeira Ger. de Saúde Mental Mat.: 112.098	<hr/> Alícia S. Emerich Subsecretária de Vigilância em Saúde Mat.: 063.219

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 063.454